

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ – PE
CONCURSO PÚBLICO 2023**

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

CPF:

NÍVEL: MÉDIO

**CARGO: 36 – AGENTE FISCAL DE RENDAS E
TRIBUTOS**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

O impacto da tecnologia nas relações sociais e familiares

O avanço da tecnologia tem sido o principal agente transformador em nosso modo de vida. Pesquisas em diversas áreas destacam o papel central desempenhado pelas tecnologias ao romperem padrões sociais estabelecidos ao longo de séculos. Essa transformação profunda tem impactado a forma como nos relacionamos, trazendo consigo consequências e desafios para as relações sociais e familiares.

Uma das transformações mais notáveis ocasionadas pela tecnologia diz respeito à nossa forma de comunicação. Apesar de romper a distância física, a comunicação virtual também pode resultar em uma desconexão emocional, já que as interações presenciais são substituídas por interações digitais. Com menos interação presencial, testemunhamos o desenvolvimento de uma geração que enfrenta dificuldades para se comunicar com os outros, de expressar-se verbalmente e de reconhecer o impacto afetivo que suas palavras têm na vida dos demais. Existe um aprendizado em identificar as sutilezas das impressões faciais que revelam afetos como tristeza, decepção, vergonha etc., que é o fundamento para a compreensão empática do outro.

A tecnologia também tem impactado a dinâmica familiar. Com a crescente presença de dispositivos eletrônicos em nossos lares, é comum observar famílias em que todos estão imersos em suas telas, negligenciando a oportunidade de desfrutar da convivência uns dos outros. Essa questão merece atenção especial, pois o ambiente doméstico é o espaço crucial para se transmitirem os valores e pensamentos que norteiam cada família, e uma falta de interação pode levar a uma diminuição na qualidade dos relacionamentos familiares, tornando-se mais difícil fortalecer os laços afetivos.

A família perde a melhor oportunidade para influenciar positivamente seus membros e corre o risco de se surpreender diante de comportamentos muito destoantes do núcleo familiar. A solução para esse problema reside em estabelecer regras e limites claros para o uso da tecnologia, promovendo momentos de interação e desconexão digital. É essencial reservar tempo para atividades conjuntas, como refeições em família, passeios ao ar livre ou simplesmente conversas sem a presença de dispositivos eletrônicos. Assim, é possível fortalecer os laços familiares, cultivar a comunicação e criar um ambiente propício ao desenvolvimento de relacionamentos afetivos e saudáveis.

O grande desafio trazido com a tecnologia é conseguir equilibrar o seu uso a fim de manter conexões emocionais com as pessoas ao redor. Para tal, é essencial promover a conscientização e a comunicação clara dentro da família, discutindo o uso da tecnologia, definindo limites e regras e valorizando o tempo de qualidade juntos longe dos aparelhos. Além disso, é fundamental cultivar hábitos de escuta ativa, buscar atividades em grupo e participar de momentos de interação presencial.

Entre as oportunidades e os desafios da atualidade, encontrar o equilíbrio saudável entre o mundo virtual e o mundo real é o mais importante para aproveitar os benefícios da tecnologia sem comprometer a qualidade das relações, para que possamos cultivar conexões sociais e familiares significativas em um mundo cada vez mais tecnológico.

Camila Fardin Grasseli

(https://www.otempo.com.br/mobile/opiniao/artigos/o-impacto-da-tecnologia-nas-relacoes-sociais-e-familiares-1.3223837?utm_source=whatsapp Acesso 25/11/2023)

1. De acordo com o texto,

- a) a convivência familiar sofreu alterações em sua dinâmica causadas por contatos meramente virtuais.
- b) a população mais jovem está mais propensa a resgatar, nos ambientes virtuais, soluções para interagir com a família.
- c) as relações emocionais se intensificam pelo uso das tecnologias de forma significativa para a família e grupos sociais.
- d) o relacionamento familiar e o social sofrem interferências em seu entrosamento devido ao uso assíduo da tecnologia.
- e) um equilíbrio imprescindível entre o mundo real e o virtual implicaria uma mudança mais restrita ao convívio social.

2. No fragmento “... diante de comportamentos muito destoantes do núcleo familiar.”, a palavra em destaque tem o sentido alterado se for substituída por:

- a) discrepantes
- b) diversos
- c) incompatíveis
- d) congruentes
- e) colidentes

3. Quanto ao gênero textual, o texto é denominado como um (a):

- a) resenha
- b) ensaio
- c) crônica
- d) manifesto
- e) artigo

4. No enunciado: “Assim, é possível fortalecer os laços familiares...”, o trecho destacado, nesse contexto, exerce a função sintática de:

- a) objeto direto
- b) sujeito
- c) adjunto adverbial
- d) adjunto adnominal
- e) predicativo

5. No período: “Apesar de romper a distância física, a comunicação virtual também pode resultar em uma desconexão emocional, já que as interações presenciais são substituídas por interações digitais.”, tem-se uma estrutura construída por orações:

- a) coordenadas sindéticas
- b) subordinadas substantivas
- c) subordinadas adverbiais
- d) subordinadas adjetivas
- e) coordenadas e subordinadas

6. No trecho: “... encontrar o equilíbrio saudável entre o mundo virtual e o mundo real é o mais importante para aproveitar os benefícios...”, emprega-se o adjetivo grifado no grau:

- a) superlativo absoluto analítico
- b) superlativo absoluto sintético
- c) superlativo relativo de superioridade
- d) superlativo absoluto de superioridade
- e) comparativo de superioridade

7. Analise semanticamente os trechos a seguir e assinale a alternativa cujo termo sublinhado sugere uma ideia que vai além de seu sentido mais usual.

- a) “a compreensão empática do outro.”
- b) “estão imersos em suas telas”
- c) “influenciar positivamente seus membros”
- d) “promovendo momentos de interação”
- e) “Pesquisas em diversas áreas”

8. Assinale a alternativa em que a vírgula foi usada para separar a oração coordenada sindética.

- a) “... pode levar a uma diminuição na qualidade dos relacionamentos familiares, tornando-se mais difícil...”.
- b) “Com a crescente presença de dispositivos eletrônicos em nossos lares, é comum observar famílias...”
- c) “É essencial reservar tempo para atividades conjuntas, como refeições em família, passeios ao ar livre...”
- d) “... é fundamental cultivar hábitos de escuta ativa, buscar atividades em grupo e participar de momentos de interação presencial.
- e) “Essa questão merece atenção especial, pois o ambiente doméstico é o espaço crucial para se transmitirem...”.

9. Assinale a alternativa correta em relação ao uso dos tempos e modos verbais.

- a) Em: “Pesquisas em diversas áreas destacam o papel”, o verbo grifado indica um ação acabada no presente do indicativo.
- b) Ao reescrever o trecho “criar um ambiente propício” no imperativo afirmativo, considerando o interlocutor “tu”, teríamos: ‘cria um ambiente propício’.
- c) Em: “para que possamos cultivar”, o verbo sublinhado está flexionado no presente do subjuntivo, indicando uma ação inacabada.
- d) Em: “pensamentos que norteiam cada família”, o verbo conjugado no pretérito mais-que-perfeito do indicativo ficaria: “norteavam”.
- e) Em: “é possível fortalecer”, o verbo destacado conjuga-se no pretérito imperfeito do modo subjuntivo como “era”.

10. No enunciado: “Além disso, é fundamental cultivar hábitos de escuta ativa...”, a expressão coesiva sublinhada pode ser substituída, sem comprometimento semântico, por:

- a) Portanto
- b) Então
- c) Todavia
- d) Ademais
- e) Ou seja

11. Assinale a alternativa em que os preceitos do emprego de crase não foram respeitados.

- a) O acesso frequente à ferramentas tecnológicas compromete os encontros e afetos familiares.
- b) As pesquisas apontam o uso excessivo das tecnologias como nocivo às relações sociais.
- c) Diálogos e contatos presenciais fortificam os laços afetivos e visam à interação familiar.
- d) Em relação à discussão sobre o uso de celulares nos momentos familiares, percebe-se um interesse restrito.
- e) Muitos familiares estão à espera de uma limitação tecnológica em prol das interações e das conversas face a face.

12. O pronome que substitui adequadamente o fragmento sublinhado e está colocado segundo a norma culta é:

- a) “impressões faciais que revelam afetos” = que os revelam
- b) “uma geração que enfrenta dificuldades” = que enfrenta-as
- c) “aproveitar os benefícios da tecnologia” = aproveitar-lhes
- d) “discutindo o uso da tecnologia” = discutindo-no
- e) “encontrar o equilíbrio saudável” = o encontrar

13. A concordância está feita corretamente na oração:

- a) A construção de relações emocionais, principalmente no ambiente familiar, promovem o crescimento necessário.
- b) Encontros presenciais de família, em um mundo cada vez mais tecnológico, resgatam especialmente o convívio das gerações.
- c) Atividades em grupo facilita a interação saudável entre pessoas e fortalece as relações.
- d) Existem, no Brasil, um alto índice de jovens conectados a ambientes virtuais diariamente, restringindo a dinâmica familiar e a social.
- e) Devem haver, nos recintos familiares e no ciclo social, comunicação afetiva e conexões sociais relevantes.

14. No segmento: “a comunicação virtual também pode resultar em uma desconexão emocional”, o prefixo grifado no vocábulo estabelece o mesmo sentido do destacado em:

- a) impactado
- b) influenciar
- c) enraizar
- d) transformador
- e) ilimitado

15. Analise os segmentos a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) Em: “respeito à nossa forma de comunicação”, a expressão grifada exerce a mesma função sintática da destacada em “uma falta de interação”.
- b) Em: “... pode levar a uma diminuição”, o verbo sublinhado exige o mesmo tipo de complemento do destacado em “negligenciando a oportunidade”.
- c) O vocábulo “positivamente” é formado pelo processo da derivação parassintética, como também ocorre em “fortalecer”.

- d) O termo “refeições” é grafado com ‘ç’, diferentemente de ‘pretensão’, de ‘repercussão’ e de ‘absorsão’.
- e) Em: “para que possamos cultivar conexões sociais...”, o termo sublinhado é uma locução conjuntiva com valor semântico de proporcionalidade.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. São características dos impostos, exceto:

- a) São tributos não vinculados.
- b) São incidentes sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo.
- c) Têm caráter retributivo.
- d) A receita de sua arrecadação é utilizada para financiar atividades gerais do Estado.
- e) A competência para a instituição de impostos é estabelecida pela Constituição Federal.

17. Ainda sobre impostos, julgue as proposições a seguir em V para verdadeira e F para falsa.

- () A União tem o poder de criar, por meio de lei complementar, impostos adicionais, contanto que sejam não cumulativos e não possuam fato gerador ou base de cálculo próprios daqueles especificados na Constituição Federal.
- () A instituição de novos impostos, pela União, pode ser realizada por meio de Lei Complementar, medida provisória, ou Decreto.
- () A União possui a competência de estabelecer, em situações de iminência ou durante guerra externa, impostos extraordinários, independentemente de estarem ou não incluídos em sua competência tributária.
- () Ao exercer a competência extraordinária, a União tem a autoridade para estabelecer como fato gerador dos Impostos Extraordinários de Guerra (IEG) praticamente qualquer base econômica não isenta, incluindo aquelas constitucionalmente atribuídas aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
- () Os Municípios possuem competência residual constitucionalmente atribuída para o estabelecimento do IPTU, ITBI e ISS.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- a) V, V, V, V, V.
- b) V, F, V, V, V.
- c) V, V, F, V, F.
- d) V, F, V, V, F.
- e) F, F, F, F, F.

18. São hipóteses que ensejam a cobrança de taxas:

- a) Exercício regular do poder de polícia.
- b) Valorização do imóvel em virtude de obra realizada pela Administração Pública.
- c) Serviço de iluminação pública.
- d) Financiamento da segurança pública.
- e) Propriedade de veículo automotor.

19. Estão submetidos ao princípio da legalidade tributária os seguintes atos, exceto:

- a) Instituição ou extinção de tributos.
- b) Extinção de créditos tributários.
- c) Majoração de tributos.
- d) Definição do fato gerador da obrigação tributária principal e seu sujeito passivo.
- e) Atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

20. A Constituição Federal estabelece que: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;”.

Trata-se do:

- a) Princípio da isonomia
- b) Princípio da legalidade
- c) Princípio da não surpresa
- d) Princípio do não confisco
- e) Princípio da liberdade

21. É vedado aos entes tributantes, exceto:

- a) Cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- b) Utilizar tributo com efeito de confisco.
- c) Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- d) Instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- e) Cobrar quaisquer tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

22. A Constituição Federal estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros. Sobre tal vedação, assinale a alternativa correta:

- a) Se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- b) É extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- c) Compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades mencionadas.

- d) Exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel adquirido em virtude da exploração da atividade econômica pelo ente público.
- e) Essa imunidade tributária a que se refere a Constituição só poderá ser concedida mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.

23. De acordo com a Lei de Execuções Fiscais, Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, é indispensável que o Termo de Inscrição de Dívida Ativa deva conter, exceto:

- a) O nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros.
- b) O CPF ou CNPJ, conforme o caso, do devedor e dos seus corresponsáveis.
- c) A data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa.
- d) A origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida.
- e) O valor originário da dívida, além do termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.

24. No tocante à cobrança da dívida ativa mediante execuções fiscais é incorreto afirmar:

- a) Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- b) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, seja de natureza tributária ou não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.
- d) A execução fiscal não poderá ser promovida contra o espólio.
- e) A inscrição do crédito na Dívida Ativa suspende a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

25. A petição inicial da Ação de Execução Fiscal:

- a) Indicará apenas o juiz a quem é dirigida, o valor do débito e a qualificação completa do devedor.
- b) Será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.
- c) A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa deverão ser apresentadas em dois documentos separados.
- d) Deverá conter pedido expresso de produção de provas, sob pena de a Fazenda Pública não poder produzi-las.
- e) Deverá conter o valor da causa, que corresponderá ao valor da dívida constante na certidão, sem os encargos legais.

26. Acerca do procedimento da execução fiscal é incorreto o que se afirma em:

- a) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- b) O despacho do Juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição.
- c) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária.
- d) Não serão aceitos a fiança bancária e o seguro como meios idôneos para garantia da execução.
- e) O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

27. Acerca da previsão e da arrecadação da receita pública, é incorreto afirmar:

- a) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- b) O montante previsto para as receitas de operações de crédito deverá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- c) A instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal.
- d) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- e) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

28. Não caracteriza renúncia de receita, na forma da lei:

- a) Cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- b) Concessão de isenção em caráter não geral.
- c) Modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos.
- d) Alteração de alíquota que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.
- e) Anistia.

29. Conforme preconiza a Lei Complementar nº 101/2000, são medidas de compensação a serem utilizadas nas hipóteses de renúncia de receita, exceto a que se indica em:

- a) Elevação de alíquota.
- b) Ampliação da base de cálculo.
- c) Majoração de contribuição.
- d) Criação de tributo.
- e) Subsídio.

30. “Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”. Trata-se de:

- a) Dívida pública mobiliária
- b) Operação de crédito
- c) Refinanciamento de dívida mobiliária
- d) Dívida pública consolidada
- e) Garantia de crédito

31. Acerca dos precatórios judiciais, não se pode afirmar:

- a) O precatório judicial consiste na comunicação de uma decisão judicial enviada pelo juiz da comarca ao presidente do Tribunal de Justiça. Isso ocorre para que o presidente solicite o pagamento de uma quantia certa.
- b) Os precatórios judiciais podem ser expedidos em face da condenação de entes da administração direta, de autarquias e fundações regidas pelo direito público.
- c) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida pública mobiliária, para todos os fins.
- d) É obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- e) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.

32. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, exceto:

- a) Relatório resumido da execução orçamentária
- b) Orçamentos
- c) Relatório de auditoria interna
- d) Lei de diretrizes orçamentárias
- e) Prestação de contas e o respectivo parecer prévio

33. Não é hipótese de fato gerador do ITBI:

- a) Epitácio adquire a propriedade de um prédio comercial através de arrematação em leilão judicial.
- b) Arnaldo realiza, mediante escritura pública, cessão de seus direitos hereditários sobre uma fazenda ao seu irmão Armando, mediante pagamento de cem mil reais.

- c) Francisco adquire de Mariana a propriedade de imóvel urbano caracterizado como ponto comercial, mediante o pagamento de duzentos mil reais.
- d) Elenice adquire, mediante usucapião, a propriedade de uma casa na zona rural do município.
- e) Itamar adquire de Luciano a propriedade de um imóvel rural, mediante troca por um trator com arado.

34. Não se trata de fato gerador do ISS:

- a) Prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal.
- b) Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
- c) Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
- d) Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
- e) Exibições cinematográficas.

35. Acerca das normas constitucionais de repartição das receitas tributárias, as alternativas indicam corretamente receitas tributárias que pertencem aos municípios, com exceção de uma. Assinale-a:

- a) O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos próprios municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- b) Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- c) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- d) Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.
- e) Trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União prestações de serviços de comunicação.

36. Tem por fato gerador a valorização imobiliária experimentada pelos imóveis adjacentes de uma obra pública, sendo necessária a relação direta entre a construção da obra pública e a valorização imobiliária que decorre dela. Trata-se de:

- a) Taxa de melhoria pública
- b) ITBI
- c) Contribuição de melhoria
- d) Empréstimo compulsório.
- e) IPTU

37. Acerca do Processo Administrativo Fiscal e da Consulta, na hipótese de pendência na consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito, não haverá acréscimo de juros de mora, além de obstar a instauração de procedimentos de fiscalização. Todavia, o desatendimento a alguns requisitos essenciais à consulta a impedirá de alcançar tais efeitos. As alternativas a seguir indicam algumas hipóteses em que esses efeitos não serão aplicáveis à consulta, com exceção daquela que deverá ser assinalada.

- a) Consulta proposta quando o consulente já tiver sido intimado a cumprir obrigações relacionadas a fatos objeto da consulta.
- b) Quando o fato descrito na consulta estiver definido ou declarado em disposição literal da lei.
- c) Quando o fato descrito na consulta não for definido como crime ou contravenção penal.
- d) Quando o consulente já estiver sob procedimento de fiscalização iniciado para apurar fatos que se relacionem com a matéria consultada.
- e) Quando o fato mencionado na consulta já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente.

38. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. Trata-se do crime:

- a) Prevaricação
- b) Corrupção passiva
- c) Facilitação de contrabando ou descaminho
- d) Condescendência criminosa
- e) Violência arbitrária

39. Dentre os crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale o único que admite a sua modalidade culposa:

- a) Peculato
- b) Prevaricação
- c) Concussão
- d) Corrupção passiva
- e) Violação de sigilo funcional

40. Determinado funcionário público exigiu de cidadão a quem deveria atender no exercício de sua função, o pagamento de um benefício financeiro para si como condição para emissão de certidão à qual o cidadão tinha direito e que o referido funcionário público tem obrigação de emitir, em virtude de suas atribuições funcionais. O referido funcionário pratica o crime de:

- a) Excesso de Exação
- b) Concussão
- c) Prevaricação
- d) Corrupção passiva
- e) Corrupção ativa

